



Buenos Aires, 29 de junho de 2009

Comunicado

No domingo 28 de junho, o Presidente de Honduras, Manuel Zelaya, foi seqüestrado por um grupo de militares e trasladado a Costa Rica. Durante essa jornada ia realizar-se uma consulta para reformar a Constituição, que foi suspensa pela Corte Suprema de Justiça desse país.

"Este é um crime mais contra a democracia", assinalou o mandatário hondurenho, quem ademais desmentiu categoricamente ter apresentado sua renúncia ao cargo.

Os fatos relatados exigem a mais enérgica condenação da comunidade internacional. Neste sentido, em minha condição de Vice-presidente Primeira a cargo da Presidência da Confederação Parlamentar das Américas, quero expressar a mais enérgica rejeição e repúdio ao golpe de estado perpetrado na República de Honduras, onde forças militares depuseram ao Presidente Manuel Zelaya.

Já se expressaram mandatários de diferentes países da América Latina, os Estados Unidos e a Europa, quem declararam sua total rejeição às medidas adotadas pelas forças militares no estado hondurenho e reafirmam a Manuel Zelaya como o legítimo presidente.

Neste mesmo sentido expressou-se também a União de Nações Sul-americanas (Unasul), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Assembléia Geral das Nações Unidas, entre outros organismos internacionais.

Esta Confederação Parlamentar das Américas entende que é obrigação, como representantes do povo eleitos através do voto popular, impedir a atualização do terrível passado latino-americano que se expressa no golpe de estado em Honduras.

Como membros da grande comunidade americana e internacional temos o desafio de colaborar para a restauração institucional. Deve ser enérgica a decisão de não reconhecer a nenhum outro governo em Honduras que não seja o legal e legitimamente eleito e exigir o restabelecimento da democracia e a reinstalação imediata do presidente da República de Honduras.

Devemos também chamar ao povo hondurenho e à comunidade internacional a se unir contra esta grave alteração do processo democrático que vive o continente, fundados na profunda convicção de que os conflitos internos devem se resolver unicamente no marco da institucionalidade democrática e o estado de direito.

Senadora Edda Acuña
Vice-presidente a cargo da Presidência